

Redes rurais e agricultura orgânica: estratégia para o desenvolvimento territorial endógeno em ambientes de montanha

**Rural networks and organic agriculture: an strategy for endogenous territorial
development in mountain environments**

Nádia JAROUCHE AUN

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.
nadiarpe@gmail.com

Renato LINHARES DE ASSIS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.
renato.assis@embrapa.br

RESUMO

Esse artigo faz uma revisão bibliográfica sobre a relação da agricultura orgânica —tratada aqui como agricultura não industrial — com o desenvolvimento endógeno em ambientes de montanha. Procuramos entender, a partir do momento da consolidação de um modelo industrial de produção rural, como ocorre o surgimento de novas formas de ocupação do espaço agrícola e de que maneira essa inovação impacta no desenvolvimento. Da mesma forma que identificamos a necessidade de repensar o conceito de desenvolvimento, apresentado aqui como algo desvinculado do crescimento econômico, e construído a partir da junção de uma diversidade de dimensões. O espaço rural em questão são os ambientes de montanha, que em decorrência de sua geografia específica, são ao mesmo tempo um local com aptidão para a agricultura orgânica, para o turismo, para a aventura e para o lazer. No entanto, também são espaços mais suscetíveis a desastres ambientais quando ocupados desordenadamente. Assim, apresentamos de forma teórica nesse artigo, qual a contribuição da agricultura orgânica para o envolvimento entre atores e ambiente em um território específico e como esse processo pode contribuir com a formação de redes sociais.

PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento endógeno, agricultura orgânica, ambientes de montanha, redes Sociais.

ABSTRACT

This paper reviews the relationship between organic agriculture and endogenous development in mountain environments. We attempt to understand, from the moment of the consolidation of the industrial model of agriculture, how the emergence of new forms of occupation of agricultural space occurs and in what way this innovation impacts development. In the same way that we identify the need to rethink the concept of development, presented here as something unrelated to economic growth, and built from the junction of a diversity of dimensions. The rural area in question is the mountain environments, which due to its specific geography, are at the same time a place with capacity for organic agriculture, for tourism, for adventure and for leisure. However, they are also more susceptible to environmental disasters when occupied in disorderly ways. Thus, we present theoretically in this paper, what is the contribution of organic agriculture to the involvement between actors and environment in a specific territory and how this process can contribute to the formation of social networks.

KEY WORDS: Endogenous development, organic agriculture, mountain environments, social networks.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão teórica pertinente a agricultura orgânica, ambientes de montanhas, redes rurais e desenvolvimento. Por se tratar de pesquisa sobre o que a agricultura orgânica representa para o ambiente e para a sociedade, iniciamos o artigo falando sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento e como eles estão conectados com o tipo de agricultura que se desenvolve bem como suas consequências para os espaços onde estão inseridos.

Relacionamos o modo de produção diretamente com o local onde são produzidos e com as pessoas envolvidas no processo, desde o plantio até o consumo. Isso significa dizer que os espaços estudados – Ambientes de Montanha – ganham especial atenção nesse estudo. Da mesma forma, os atores comprometidos com a produção, distribuição, transformação e consumo de alimentos, isto é, as redes que se formam a partir da convergência de pessoas, atividades, local e saberes.

Embora existam distintas formas de enxergar o envolvimento desses atores no ambiente, utilizamos conceitos que demonstram a possibilidade de falar em

desenvolvimento desconectado de crescimento econômico para mostrar uma nova forma de pensar os valores das atividades. Partimos do princípio que considera o envolvimento de diversos atores em ambientes complexos, constituídos por dimensões diferentes e que interagem formando um circuito dotado de uma série de capacidades complementares. Em seguida tratamos de relacionar desenvolvimento ao fator endógeno e territorial.

Assim, consideramos a base teórica um ponto de convergência importante nessa pesquisa, além do exercício de observar os ambientes com um olhar distinto e perceber suas potencialidades dentro de uma nova concepção de desenvolvimento, ela nos permite aproximar universos com características diferentes que se assemelham em sua complexidade e inovação.

Sustentabilidade e Desenvolvimento

Tratar a sustentabilidade é tratar da continuidade, da sustentação de uma atividade a longo prazo. Contudo, a discussão principal sobre as diferentes formas de utilização do conceito de sustentabilidade está associada ao tipo de continuidade e a qual custo. Para Sonnino et al (2008), a principal questão que envolvia a discussão sobre sustentabilidade no início da década de 1980, era pensar o crescimento econômico alinhado à capacidade de recursos disponíveis no ambiente natural para sustentar esse crescimento. Esses autores complementam que a evolução desse conceito inclui o fator social, isso significa dizer que, economia, ambiente natural e atores criam uma relação de interdependência dentro do ambiente em que vivem com o objetivo de alcançar uma sociedade viável em termos econômicos, sociais e ambientais.

Para Caporal e Costabeber (2002) a sustentabilidade, quando pensada em relação ao sistema agrícola em si e sua capacidade de se tornar viável e produtivo, apresenta três dimensões: a primeira, considera o ambiente, a sociedade e a economia; a segunda é composta pela questão política e cultural; e uma última dimensão é constituída pela ética.

Na agricultura a sustentabilidade ambiental é um fator de extrema importância para a continuidade da atividade agrícola. Em um modelo industrial sustentabilidade

significa a manutenção de uma atividade que consiga corresponder as necessidades impostas pelo próprio modelo industrial. O valor da mão de obra, da mercadoria produzida e da terra onde é feita a produção, obedece uma lógica macroeconômica pré-estabelecida, ou seja, características específicas tendem a ser irrelevantes ou simplesmente 'adaptadas' para que se consiga chegar ao resultado esperado.

Na atualidade, o ambiente natural dentro da lógica industrial, passa de obstáculo (algo que precisava ser superado) à bem de consumo, e a questão social, apesar de algumas mudanças dentro do contexto trabalhista, ainda representa relações assimétricas e cada vez mais restritas e dependentes de maquinário e tecnologia (Soninno, et al, 2008). A sustentabilidade que se desenha dentro desse modelo produtivo leva em consideração os fatores econômicos de produção para enquadrar custos e resultados dentro de uma lógica matemática que responde a uma máxima eficiência produtiva e econômica. A importância que o ambiente natural ganha é transformada em custo final repassado ao consumidor.

Na lógica da agricultura orgânica o conceito de sustentabilidade é um dos pilares sob os quais o modelo se fundamenta e se desenvolve, podendo, inclusive, ser utilizado como indicador da atividade em processos de transição de um modelo industrial para não industrial (Caporal e Costabeber, 2002). A sustentabilidade quando vinculada ao ambiente natural vai estar dependente da ação humana, não para transformá-la, mas para entendê-la e agir de acordo com sua ecologia, sem extrair mais do que o sistema pode prover sem fornecer mais nutrientes do que a fauna e flora local podem absorver.

O desenvolvimento é também outro conceito amplamente utilizado como indicador de sucesso, seja na agricultura, seja em outro de setor da economia. Da mesma forma que sustentabilidade, traz uma infinidade de significados e combinações, ora atrelado ao crescimento econômico, ora vinculado ao grau de interação social. Desenvolvimento de maneira geral significa a capacidade de envolvimento (entre pessoas), de progresso (de um projeto, de um estudo) e de crescimento (econômico, partes do corpo, partes de uma planta).

Ploeg e Marsden (2008) perceberam a necessidade de se trabalhar um novo conceito de desenvolvimento rural para que fosse possível mudar a forma de olhar o espaço agrícola e agrário. Passaram então a considerar o desenvolvimento como algo que

se constrói a partir das experiências locais e que também procura entender os processos sociais de inclusão, participação e geração de renda (Ploeg e Marsden, 2008). Para estabelecer aquilo que os autores denominam de Rede Rural (Rural Web) o significado de desenvolvimento precisou ganhar maior amplitude, uma vez que a proposta de Ploeg e Marsden (2008) e os demais autores envolvidos na construção dessa teoria era o de estabelecer a importância das redes de relacionamento em ambientes rurais para o desenvolvimento desses mesmos ambientes. E, ao considerar o desenvolvimento a partir de um ponto de vista mais holístico, termos como territorial e endógeno passaram a ganhar maior importância e significado, e as fronteiras entre rural e urbano ficaram mais tênues.

O conceito de território, por definição, traz a noção de fronteiras maleáveis, construídas e desconstruídas de acordo com a configuração social (Haesbaerte e Tramontani, 2004). Tratar do desenvolvimento territorial sugere uma maior amplitude ao conceito de desenvolvimento rural, isso significa dizer que o espaço em questão é composto por outros componentes além daquele puramente agrícola e econômico (Cunha, 2000).

O componente endógeno, vai significar a capacidade dos atores envolvidos em gerar autonomia para a localidade onde estão inseridos a partir de recursos locais, e do desenvolvimento de suas próprias capacidades e interesses. Para Oostindie et al (2008) a definição de endogeneidade está pautada em dois conceitos-chaves: recursos locais e controle local. O recurso local não está apenas restrito aquilo que o ambiente natural pode fornecer como água, luz, solo. Recursos locais também podem significar produtos locais ou práticas culturais e, por isso, a questão do controle sobre eles é tão importante quando tratamos do conceito de endogeneidade. O controle local vai determinar de que maneira esses recursos estão sendo utilizados e como contribuem na geração de autonomia para a localidade.

A partir desse ponto de vista, falar em um novo conceito de desenvolvimento para ambientes rurais vai significar um olhar amplificado para todas as relações existentes em um território. Como estão organizadas em sociedade e como dão valor aquilo que produzem a partir da combinação das mais diversas capacidades naturais e intelectuais.

Ambientes de Montanha

-Agricultura e sua prática em Ambientes de Montanha

Os ambientes de montanha nesse artigo representam os espaços geográficos onde todas as ações são realizadas, com ênfase na agricultura orgânica como uma das principais atividades econômicas dos atores inseridos nesses ambientes e na construção de novas redes de relacionamento. Tudo isso inserido em um contexto territorial valorizado por aqueles que o ocupam, contrariamente àquilo que se convencionou como modelo de modernização do campo ou de desenvolvimento econômico.

A modernização no campo, ocorrida ao longo do século passado, estabeleceu um novo modelo tecnológico para a agricultura, cujo objetivo foi garantir níveis de desenvolvimento pautados em sociedades capitalistas e industriais. O (re)nascimento de modelos de agricultura não industrial dá-se em virtude desse acontecimento histórico. Do ponto de vista das ciências sociais, as formas de agricultura não industrial representam uma ameaça ao que Guiddens *et al* (1997) denomina “tradição moderna de valores”, pois questionam o modelo que se convencionou como ideal para obter desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. As atitudes e comportamentos que surgem no ambiente rural, em contraposição ao modo de produção industrial, são vistos como questionamentos em relação ao funcionamento da sociedade. Tem-se, dessa forma, a configuração de manifestações sociais que estão relacionadas aos valores culturais dos grupos, que representam o modo como os indivíduos estabelecem as relações entre si e com o ambiente em que vivem. É a partir da década de 1970 que tem início o processo de diferenciação entre o modelo industrial que se convencionou como padrão para o desenvolvimento agrícola e, a alternativa a esse, a agricultura orgânica, modelo mais difundido e cuja denominação tem sido entendida como sinônimo de outros modos de produção não industriais como: agricultura biológica, agricultura natural, agricultura regenerativa, entre outras.

Porém, é somente a partir da década de 1990 que esse movimento ganhou mais força com a disseminação de um maior número de experiências, do apoio de políticas públicas e da comprovação de sua eficiência produtiva. Ocorre então um movimento de institucionalização desse modelo, agora não mais tido como um

atraso para a sociedade, e sim como uma alternativa produtiva, em que as bases do modelo de produção estão fundadas nos recursos que a própria unidade produtiva é capaz de suportar e produzir.

Em áreas onde o modelo não industrial de agricultura se faz presente o conceito de desenvolvimento territorial endógeno torna-se pertinente por valorizar a interação entre os atores, a autonomia de agricultores e sua capacidade de formar redes de contatos por meio de cooperativas, associações, grupos de consumidores, entre outras organizações sociais que contribuam para o fortalecimento territorial, questão fundamental nos ambientes de montanha. Posto que representam modelos de produção que demandam a convivência com atores diversos, para além da atividade agrícola, facilitando o trabalho cooperativo e valorizando recursos locais.

Relacionar agricultura e ambientes de montanha a partir de uma lógica industrial, sempre foi tarefa complexa. Seja pelo ponto de vista da mecanização ou pela questão da produção em escala. No entanto, montanhas sempre estiveram ocupadas com os mais diversos tipos de atividades, posto que na lógica da formação das sociedades humanas a ocupação desses ambientes sempre foi uma estratégia, ora pela proximidade de recursos naturais, ora pela proteção que as montanhas fornecem, ora por seu isolamento. E é exatamente por existir sociedades, ou pequenas comunidades, que é possível afirmar que a agricultura sempre esteve presente nessas localidades.

No entanto, em sociedades maiores que utilizam a agricultura como meio de vida e, a partir dela, se sustentam e abastecem aglomerados ainda maiores, é preciso atentar para o processo através do qual essa atividade está sendo desenvolvida. Até meados dos anos 1960, a percepção que se tinha do ambiente natural era a de um espaço disponível para a exploração pelo homem, dada sua riqueza e diversidade. Da mesma forma que a produção rural também tinha como objetivo produção em grande escala e exportação. Essa forma de enxergar o ambiente natural e o trabalho no campo começou a sofrer mudanças no início da década de 1970 e vem mudando desde então.

A introdução de técnicas modernas de cultivo, o surgimento de movimentos sociais, o conceito de sustentabilidade atrelado à conservação do ambiente natural, são fatores que impactaram a forma como os espaços montanhosos são utilizados.

Entretanto, é possível perceber que o impacto da mudança não abrange apenas o tipo de prática de cultivo adotada, ele abarca a forma como os agricultores organizam suas unidades de produção e como planejam sua inserção no mercado. A grande justificativa para tantas mudanças sempre diz respeito à necessidade de responder a uma pressão mercadológica de entrega de alimentos.

A ocupação agrícola, em qualquer ambiente, vai impactar diretamente na ecologia do local e, principalmente nos espaços montanhosos, face às fragilidades inerentes, é fundamental a adequada gestão ambiental, incluindo os resíduos produzidos e a disposição das moradias, para que não constituam problemas geradores de graves acidentes. Nesse sentido a ocupação de ambientes de montanha com atividade agrícola não está determinada apenas a sua adequação à atividade produtiva, mas, principalmente, pelas pessoas que ocupam esses espaços e qual modelo escolhem para isso.

Segundo Assis e Romeiro (2002), durante milênios o bom senso indicou que simplificações extremas nos sistemas agrícolas deveriam ser evitadas. Porém, com as descobertas da química agrícola no século XIX passou-se a considerar possível desrespeitar essa lógica, e difundiu-se amplamente, tanto em áreas montanhosas como planas, uma base produtiva com o mote principal na utilização de adubação mineral a partir de compostos solúveis em que o solo passou a ser considerado apenas como substrato para sustentação das plantas e meio para veiculação desses compostos.

Esse processo atingiu seu ápice na segunda metade do século XX quando, com a promessa de solucionar o problema da fome no mundo, propagou-se amplamente esse modo de produção no bojo do processo que ficou conhecido como “Revolução Verde”. Em decorrência obteve-se inequívocos aumentos de produtividade agrícola, mas que vieram associados a problemas ambientais, energéticos e sociais, inclusive com o agravamento do problema da fome, posto que concentrou-se renda, recursos naturais foram deteriorados e valores culturais perdidos (Assis, 2005).

Esse modelo de produção hoje predominante na agricultura, baseado em processos industriais de simplificação de fatores de produção, ocorreu nas economias periféricas com o acirramento de uma base econômica fortemente apoiada na exportação de bens primários. Para Mello (1982), a consequência dessa forma de

organização da economia é a forma como foram construídas as relações com as demais nações de economias mais centrais. Estas tendem a aumentar o valor da renda de sua população sem que necessariamente esse aumento acompanhe o valor das importações de produtos agrícolas, impactando as economias periféricas. O que então se estabeleceu foi a necessidade de aumentar gradativamente a quantidade de *commodities* exportados, para comprar a mesma de produtos beneficiados.

Exemplificando esse processo, Aun (2018), analisando o caso brasileiro, comenta que foi somente a partir dos anos 1960 que se verificou um processo de modernização no sistema de produção agrícola do país, influenciado pelo surgimento, no exterior, de indústrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas. A entrada da força industrial e modernizadora no campo produziu efeitos positivos na economia do ponto de vista macroeconômico, porém, acirrou a marginalização do agricultor que atuava em menor escala. Uma vez que a organização da estrutura produtiva incentivada a partir dos anos 1960 passou a ter como objetivo a produção altamente especializada e com potencial de produção em escala. As consequências desse processo foram: concentração de posse da terra, surgimento da figura do grande empresário agrícola e dos investidores capitalistas e a marginalização de grande parte dos agricultores que não acompanharam esse processo de modernização.

A autora conclui então que todo o processo de modernização e industrialização da agricultura com a transformação de complexos rurais em complexos agroindustriais só foi possível graças às políticas de financiamento e apoio ao setor agrícola, implantadas no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970.

Percebe-se assim, que fortemente apoiado e financiado com recursos estatais, difundiu-se amplamente um modelo de produção agrícola que se convencionou mais adequado para contribuir para o crescimento de diversas economias nacionais periféricas. Porém, conforme coloca Assis (2005) por mais que essa agricultura de base industrial tenha avançado em técnicas que procurem ultrapassar os limites estabelecidos pela natureza, a prática agrícola continua a ser uma atividade essencialmente dependente do meio ambiente, desarmando o otimismo exagerado dos que apostaram na possibilidade desse modelo de produção superar os limites naturais.

Ao se pensar agricultura de montanha esses aspectos são mais impactantes, face a maior fragilidade ambiental dos espaços produtivos. Assim, é fundamental conciliar a produção econômica com conservação ambiental, sendo necessário não só conhecimentos e tecnologias adequadas ao contexto das montanhas, mas estabelecer um olhar sistêmico que articule a atividade agrícola com outras não agrícolas para viabilizar a promoção de processos de desenvolvimento sustentável nos territórios montanos.

Para tanto, deve-se adotar uma perspectiva mais complexa e abrangente que considere, na perspectiva agrícola, estratégias que possibilitem a diferenciação de produtos e sua identificação com o local, no caso a paisagem de montanha. Da mesma forma, é importante que toda tecnologia adotada seja inclusiva no sentido de permitir a interação dos mais diversos ‘tipos’ de pessoas, pois isso permitirá a formação de redes sociais mais completas e com maior capacidade de interação. Nesse sentido, formas de agricultura não industrial, que valorizem o conhecimento agrícola tradicional podem oferecer modelos promissores de agricultura de base ecológica. Longe de ser inovadora, essa alternativa ao modelo industrial mostra-se mais como um resgate de práticas tradicionais associadas a novos conceitos e percepções da natureza.

Ambientes de montanha e mudanças climáticas

Para além da organização social dos atores está o local onde estas redes vêm sendo observadas com maior frequência. A busca ou a permanência nas áreas de produção pode estar vinculada a uma série de aspectos, desde a herança de terras até a escolha de um determinado espaço devido a seu apelo paisagístico. Contudo, independente do motivo determinante à organização dos atores localmente, é preciso atentar para alguns aspectos que os espaços produtivos e de vida guardam e que podem impactar as atividades agrícolas e não agrícolas, notadamente nos ambientes de montanha.

O enfoque geográfico sobre os espaços montanhosos vai olhar formações do relevo, altitude, inclinação, seu papel dentro do ecossistema, espécies endêmicas da fauna e da flora, a função que possuem para as cidades mais próximas como produtora de água e reguladora do clima, entre outros aspectos. Já o enfoque agrônômico percebe

nos ambientes montanhosos, além da dificuldade em lidar com o fator relevo e declividade, climas mais amenos, e maior conservação das funções ecológicas dos sistemas que influencia diretamente o aparecimento de pragas e doenças nos cultivos. Há ainda aqueles que enxergam as montanhas a partir de um ponto de vista mais espiritual, ou sinônimo de esporte de aventura, ou apenas com local tranquilo para seu lar.

Ambientes montanhosos podem ser tudo isso. E, hoje, eles também estão no centro dos debates, principalmente, pelos fatores apresentados por estudiosos das mudanças climáticas. Nesse sentido, Netto (2013) coloca que as montanhas são extremamente vulneráveis a essas mudanças, com indícios de efeitos já evidentes na temperatura com o derretimento de neve em áreas que até então tinham cobertura permanente e mudanças nos padrões de precipitação. A autora destaca que os espaços montanhosos correm mais risco de enfrentarem deslizamento de solo, estiagem e enchente, sendo os movimentos antrópicos aqueles que representam maior periculosidade devido à velocidade com que ocorrem.

Os efeitos provenientes das mudanças climáticas também influenciam, em grande medida, a agricultura. Esta atividade pode sofrer grande impacto na quantidade e na qualidade produzida nos cultivares. O aumento de pragas e doenças já é um fenômeno sentido e analisado por muitos pesquisadores. Esta é uma consequência com potencial de gerar impacto direto no ambiente, por meio da utilização cada vez maior de defensivos agrícolas, e indireto, com o aumento dos preços dos alimentos. Há o risco de mudança na aptidão de terras para produção de alimentos, gerando impacto na segurança alimentar (Rivarola e Vinocur, 2012). Um exemplo dado pelos autores é o café, que teve sua área de produção reduzida em 89% (considerando toda a América Latina) por conta do aumento da temperatura e da diminuição da disponibilidade de água. O cultivo subiu as montanhas gerando outros tipos de impacto.

Verifica-se em relação às mudanças climáticas nos ambientes de montanha que é necessário repensar a forma como são vistas essas porções territoriais e como se legisla sobre elas. Uma vez que esse fenômeno está tornando as regiões de montanha cada vez mais atrativas para práticas agrícolas, ademais de outras atividades, especialmente as relacionadas ao turismo. Entende-se que é preciso,

cada dia mais, entender a relação que existe entre os ambientes de montanhas e as mudanças climáticas. Uma vez que muitas das consequências dos efeitos dessas mudanças impactam diretamente na forma como vivenciamos esses ambientes e como modificações nesses espaços pode afetar a vida em outros locais.

Para Amorim (2019) as montanhas podem ser importantes aliados no estudo do aquecimento global e seus impactos na vida não só nos ambientes onde estas estão constituídas, mas também em terras de baixa altitude. Segundo Netto (2013), as montanhas são as grandes responsáveis pelo fornecimento de recursos hídricos para as terras baixas, o que pode ser fortemente afetado pelas mudanças climáticas. Por outro lado, conforme indica Price (1996), as montanhas constituem um termômetro dos impactos das mudanças climáticas, na medida que são afetadas mais rapidamente e reagem mais lentamente aos impactos sofridos.

A movimentação de pessoas em direção aos ambientes de montanha tem ocorrido por diversos motivos e a partir de uma percepção agrícola, urbana e de clima ameno. Em virtude dessa situação, é preciso atentar para esse movimento para que essa mobilidade ocorra com segurança e com atenção aos aspectos ambientais e sociais que esses fluxos migratórios podem gerar.

O desenvolvimento entre rural e urbano

Graziano da Silva (1997) coloca que o ambiente rural sofre modificações a partir de uma relação crescente e intensa com os centros urbanizados, ao apresentar visão de rural e urbano que deixam de ser opostas e de que o rural não é caminho para se chegar ao urbano, acrescentando que há uma modificação nos estilos de vida da cidade e do campo que vão transformar a relação entre os dois ambientes. Na mesma perspectiva, Wanderley e Favaretto (2013) afirmam que novas relações criam-se no espaço rural e surge o que chamam de ruralidade contemporânea, que seria a consequência de um período específico vivido por habitantes de espaços rurais que, em vez de contribuir para o seu desaparecimento, contribuiu para a multiplicação e transformação no tempo e no espaço como muitas outras civilizações. O mesmo pode ser dito sobre o termo 'novas ruralidades' que busca, sobretudo, deslocar a discussão sobre os tipos que fazem parte do rural para algo mais abrangente como o espaço, o território, as redes e as atividades praticadas.

Brandenburg (2005) fala no termo ‘novas ruralidades’ em referência a maneiras distintas de se ocupar o rural. Carneiro (1998) também considera que a ocupação é feita por diversos grupos sociais que buscam novas opções em ambientes mais próximos à natureza.

A discussão sobre as ‘novas ruralidades’ abrange aqueles que migram em direção aos espaços mais rurais, mas também pode ser estendida àqueles que permanecem no campo, resistentes à modernização da agricultura e que não são atraídos pelas ofertas de trabalho nos centros urbanos. São pessoas que vislumbram novas possibilidades de crescimento econômico e social dentro de um rural reformulado, seja pelo turismo, pela agricultura de base ecológica, pela criação de áreas de conservação ou pelo retorno de familiares que saíram em direção às cidades e que voltam trazendo consigo uma nova concepção sobre o rural.

Veiga (2006) defende que esse fenômeno observado no campo não está vinculado a um resgate histórico. Ele é fruto de uma modernidade proveniente de modificações nos centros urbanos, de natureza recente. O resultado dessas novas interações é o nascimento do novo rural, independentemente de suas histórias e culturas. Destaca ainda o fato de não considerar a atividade agrícola como um aspecto principal, pois não é essa atividade que atrai novos habitantes, muito embora seja fundamental para movimentar a economia local. Ploeg e Marsden (2008) desenvolvem em sua metodologia da Rede Rural um conceito muito parecido dos ambientes rurais. Para esses autores, a Rede Rural está pautada em uma nova concepção de desenvolvimento rural muito além da produção agrícola, mas que partem dela como a grande agregadora nesses novos ambientes conformados na modernidade.

Um dado interessante dentro da metodologia desenvolvida por Ploeg e Marsden (2008) é a centralidade e a importância que a atividade agrícola possui, mesmo quando ela não é o principal elemento dentro de uma comunidade. A agricultura torna-se um ponto de convergência entre os atores de uma determinada comunidade, ainda que o enfoque seja o turismo ou a gastronomia, por exemplo. Será sempre em torno da atividade agrícola e por conta dela que os mais distintos interesses serão colocados em proximidade. A inovação dentro dessa nova forma de olhar os espaços está justamente na aproximação entre o rural e o urbano, entre culturas e formas de vida diferentes.

No caso dos ambientes de montanha essa aproximação de certa forma sempre ocorreu, posto que, conforme coloca Amorim (2019), desde a antiguidade, os ambientes de montanhas preenchem o imaginário da humanidade, estando relacionado a noções como inspiração, conquista, refúgio e outras místicas. O que na atualidade remete ao sempre presente interesse pela visitação a essas áreas, predominantemente rurais que assim tem uma aproximação maior com o urbano.

Como acrescenta a autora, o encantamento com as montanhas não se restringe a civilizações remotas e nem relaciona-se com o grau de desenvolvimento de um país. Por muito tempo isoladas, as montanhas lograram manter a natureza relativamente bem conservada. Na atualidade, essa maior aproximação com o urbano tem determinado um uso mais intensivo desses ambientes, de forma que pensar em qualquer atividade antrópica em regiões montanhosas pode remeter a ideia de ação que cause algum tipo de dano ao ambiente, posto que a imagem de um homem que destrói para poder viver é muito comum aos olhos da sociedade moderna.

Nesse sentido, é a partir da coesão de diversas atividades que se vislumbra o surgimento de outras possibilidades de ação e de suporte nos ambientes de montanha, sejam eles voltados à produção agrícola, ao fornecimento de algum tipo de serviço na localidade, ou ambos. A proposta sustentada por Ploeg *et al* (2008) é que regiões rurais devem ser caracterizadas e delineadas de acordo com o tipo de relação que se estabelece entre as concentrações populacionais. É preciso considerar o fluxo contínuo de atores e mercadorias e as interdependências estabelecidas entre as regiões.

Nesse contexto, o desenvolvimento torna-se a capacidade infinita de atores distintos se conectarem e atuarem em rede. Os espaços passam a representar maiores possibilidades e a ganhar novos significados. É aqui onde mais se faz sentir a necessidade de supressão da dicotomia urbano-rural. Uma vez que estabelecer fronteiras para uma rede de relacionamento é negar à rede sua principal característica.

A trama da rede e sua diversidade

Estudar o ambiente por meio do olhar de uma rede significa olhar para o espaço e enxergar as diversas tramas que formam o tecido social, ou seja, o agrupamento de pessoas que compõem uma sociedade. Significa também entender a complexidade que existe entre cada elo que forma a rede.

Para Marteleto (2001), rede é um conjunto de pessoas e elas “surtem como um novo instrumento face aos determinismos institucionais”. Seja pela dificuldade em estabelecer um diálogo com o Estado, ou pelo não pertencimento aos grupos sociais já existentes, novos arranjos sociais estão se formando e eles trazem consigo demandas diferentes. Segundo a autora existe um novo perfil de movimentos sociais mais direcionados as demandas de uma melhora na qualidade de vida. A autora chama esse momento de organização das ações de “tomada de consciência de interesse ou valores” entre seus participantes, que normalmente ocorre em uma esfera informal das relações sociais. No entanto, para que esse processo evolua para uma rede mais complexa é preciso que além dos objetivos pessoais exista algo em comum, maior e mais importante, capaz de gerar a energia necessária para que se formem os laços entre atores distintos. Após a formação dos primeiros laços é que surge a rede como organismo vivo capaz de se relacionar com outras esferas ou dimensões dentro da sociedade.

A forma como são estabelecidas as relações econômicas dentro de uma sociedade irá determinar, em grande medida, os caminhos que podem ser traçados pelos seus habitantes. O fluxo de capital juntamente com a capacidade de ação dos atores é um grande facilitador no processo de estabelecimento de novas dinâmicas nos territórios, sejam eles com potencial produtivo ou não. Anterior ao valor em termos monetários, as trocas entre pessoas de uma mesma comunidade ou de comunidades diferentes têm outras finalidades e percepções de valores, e estão pautadas na necessidade de manutenção da convivência entre indivíduos.

Marsden e Farioli (2015) falam em governança reflexiva, ou seja, a capacidade das instituições públicas e privadas de atuarem em benefício de mudanças positivas nas comunidades (em menor escala) e dentro das sociedades quando já se torna possível notar uma mudança comportamental mais robusta. Para os autores que se dedicam ao desenvolvimento dessa tese (Marsden, 2016; Marsden e Farioli, 2015; Pinto,

2015), o fator que comprova a necessidade de uma postura diferente diante dos fatos é a crise que acometeu a Europa nos anos 2007 e 2008. Para eles, ficou clara a necessidade de um alinhamento de postura dentro dos muitos discursos vinculados à sustentabilidade e à gestão dos espaços.

Os grupos passam a atuar em redes a partir do momento que existem interesses em comum e quando, principalmente, é possível construir entre eles relações de respeito e reciprocidade. O limite que se desenha entre um simples grupo e uma rede é a diversidade de tipos que compõem esse tecido social e como conseguem formar, entre eles, um laço de reciprocidade que permita a prevalência dos objetivos do coletivo em oposição às vontades individuais. Percebe-se que a constituição de redes rurais não depende de políticas públicas ou qualquer outra ação de governo, mas ela pode ser amplificada e empoderada em virtude destas.

Os ambientes de montanha são espaços com características multifuncionais que podem contribuir para a aproximação dos atores, mesmo que em grupos muitas vezes reduzidos, delimitados pelas dificuldades de deslocamento em virtude das condições geográficas. A atividade agrícola encontra nesses ambientes condições para o seu desenvolvimento, da mesma forma que é possível encontrar espaço para as mais variadas formas de turismo e entretenimento. Contudo, a condição para que seja possível a integração dessas redes com os ambientes de montanha, e para que haja efetivamente uma relação simbiótica, é considerar a sustentabilidade como aspecto fundamental não só na consciência individual de cada ator, mas também da coletividade, como parte do projeto de sociedade.

CONCLUSÕES

A conformação de redes sociais ocorre sempre que seres humanos sentem a necessidade de unir esforços para atender interesses com objetivos semelhantes. Por sua vez, a movimentação entre os mais diversos espaços pelas pessoas é algo que ocorre a partir de uma necessidade: seja por alimentos, seja pela busca de maior conforto e segurança, seja por afinidade. A discussão que apresentamos nesse artigo buscou expor a importância de olharmos para os territórios com um olhar mais holístico, com destaque para os que se constituem em espaço de montanha. Os fluxos migratórios, a aproximação de ambientes até muito pouco tempo

considerados opostos (como rural e urbano), a sustentabilidade dos ambientes naturais e a capacidade das pessoas em gerar desenvolvimento endógeno sem suprimir ou ignorar o funcionamento ecológico do local onde está inserido.

Existe a necessidade de uma nova forma de percepção dos espaços físicos de regiões impactadas, notadamente com ambientes de montanha, seja pela erosão cultural, seja pelo êxodo em busca de oportunidades em outras localidades ou ainda pela chegada de novos habitantes com novas formas de viver. Do ponto de vista social, as misturas e as mudanças são típicas de qualquer sociedade, uma vez que os atores que a formam são dinâmicos e, muitas vezes, precisam enfrentar as transformações para não padecerem diante de alguma intempérie. Olhando a partir do viés ambiental ou territorial, a presença das pessoas no ambiente se torna importante uma vez que são elas as responsáveis pelo uso adequado de seus recursos e a continuidade de suas atividades.

Observamos, a partir desse estudo, a importância de um olhar mais abrangente para os espaços montanhosos e para o tipo de interações que as pessoas vem desenvolvendo dentro deles. A proposta que trazemos neste estudo, dentro do contexto dos ambientes de montanha, mostra-se bastante inovadora, uma vez que propõe olhar esses espaços a partir do significado construído pelos atores que ali estão. Não é uma análise que foca nas especificidades dos atores sociais a partir de sua história de vida ou de sua relação com aquela localidade. Dessa forma, valorizamos as conexões feitas nos territórios e as redes que se formam entre cada ator e entre cada grupo de atores. Acreditamos que, ao permitir essas interconexões e facilitá-las, seja possível aumentar a capacidade de geração de desenvolvimento local endógeno nos ambientes de montanha muito além do que segmentar ou separar os atores em pequenos grupos.

BIBLIOGRAFIA

Amorim, M.A. (2019). *A paisagem como instrumento de valorização de produtos de montanha: a experiência do café sombreado do Maciço de Baturité, Ceará*. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- Assis, R.L. (2005). Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão, **Documentos** (196), Seropédica, Embrapa Agrobiologia. Recuperado de: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/628360/1/doc196.pdf>
- Assis, R. L., Romeiro, A. R. (2002). Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, (6), 67-80, jul./dez. 2002. Recuperado de: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129>
- Aun, N. J. (2018). *A importância das redes rurais e da agricultura orgânica em ambientes de montanha: estudos de caso em Trás-os-Montes (Portugal) e Região Serrana Fluminense (Brasil)*. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Brandenburg, A. (2005). Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente & Sociedade*, VIII (1),jan. /jun. 2005.
- Caporal, F. R., Costabeber, J. A. (2002). Análise Multidimensional da Sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*.Porto Alegre, 3, (3), Jul/Set, 2002.
- Cunha, L. A. G. (2000). Confiança, Capital Social, e Desenvolvimento Territorial. *R. RA'EGA*, (4), Curitiba: editora UFPR.
- Graziano Da Silva, J., (1997). O novo rural brasileiro, *Nova economia*,7 (1), Belo Horizonte, maio, 1997.
- Guiddens, A., Beck, U., Lash.S. (1997). *Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp.
- Haesbaert, R., Tramontani, T. (2004). O mito da desterritorialização econômica. *GEOgraphia*. Ano 6, (12). Recuperado de: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13478>
- Marsden, T. (2016). Exploring the rural eco-economy: beyond neoliberalism, *Sociologia Ruralis*, 56 (4), October 2016, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soru.12139>
- Marsden, T, Farioli, F. (2015). Natural powers: from the bio-economy to the eco-economy and sustainable place-making. *Sustain Sci*, (10),331–344.
- Marteletto, R. M. (2001). Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf., Brasília*, 30(1), jan/abr 2001, recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>
- Mello, J.M.C. (1982.. *O capitalismo tardio*. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- Netto, L. A. (2013). Políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha no Brasil e na Argentina. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Pecuaría) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Oostindie, H., Broekhuizen, Van R., Brunori, G., Ploeg, van der J. D. (2008). The Endogeneity of Rural Economies, in: PLOEG, van der J.D.; MARS DEN, T. (eds.); *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. VanGorcum.

Pinto, J. P. C. (2015). Os “neo-rurais” na região do “Douro Verde”: impacto social, económico e cultural. *Dissertação de Mestrado*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ploeg, Van Der J. D., Broekhuizen, Van R., Brunori, G., Sonnino, R., Knickel K., Tisenkopfs, T.; Oostindie, H. (2008). Towards a Framework for understanding Regional Rural Development, in: Ploeg, van der J.D.; Marsden, T. (eds.). *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. VanGorcum.

Ploeg, van der J.D., Marsden, T. (eds.). (2008). *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. VanGorcum.

Price, L. W. (1986). *Mountains and man: a study of process and environment*. Univ of California Press.

Rivarola, A., Vinocur, M. G. (2012). Uso y demanda de información agrometeorológica en el sector agropecuario del centro de Argentina. *RADA*, in press.

Sonnino, R., Kanemasu, Y., Marsden, T. (2008). Sustainability and Rural Development, in: Ploeg, Van Der J.D.; Marsden, T. (eds.). *Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development*. VanGorcum.

Veiga, J. E. (2006). Nascimento de outra ruralidade, *Estudos Avançados*, 20 (57).

Wanderley, M. N. B., Favareto, A. (2013). A singularidade do Rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas, in: Miranda, C.; Silva, H.; *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*, (Série Desenvolvimento Sustentável, 21), Brasília: IICA.

LOS AUTORES

Nádia JAROUCHE AUN es Doctora en Ciencia, Tecnología e Innovación Agropecuaria por la Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro. Su actividad científica mayormente se ha desarrollado en el ámbito de las Nuevas Ruralidades, la Agricultura orgánica y las Políticas Públicas para la Agricultura Orgánica. Con una formación multidisciplinar, actualmente actúa como agricultora orgánica y como consultora para proyectos de desarrollo rural.

nadiarpe@gmail.com

Renato LINHARES DE ASSIS es Graduado en Ingeniería Agronómica de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (1984), maestría en Agronomía (Ciencias del Suelo) de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (1993) y doctorado en Economía Aplicada de la Universidad Estatal de Campinas (2002). Actualmente es investigador en la Corporación Brasileña de Investigación Agrícola (Embrapa), en el Centro Nacional de Investigación Agrobiológica, trabaja en el Centro de Investigación y Capacitación para Agricultores en la Región de las Montañas Fluminense, y profesor del programa de Maestría en Agricultura Orgánica - asociación entre la Universidad Federal Rural do Rio de Janeiro y Embrapa Agrobiología, así como el programa de doctorado binacional en Ciencia, Tecnología e Innovación en Agricultura - asociación entre la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro y la Universidad Nacional de Río Cuarto en Argentina. Tiene experiencia en el área de Agroecología, con énfasis en Desarrollo Rural, trabajando principalmente con los siguientes temas: agricultura de montaña, agricultura familiar, agricultura orgánica, procesos participativos de construcción de conocimiento, evaluación de sostenibilidad agrícola y políticas públicas.

renato.assis@embrapa.br